

EDITORIAL

Esta edição da *Habitus*, referente ao ano de 2009, apresenta-se condensada em dois volumes e dedica-se à temática do território, em suas interfaces com o patrimônio cultural, a identidade e o meio ambiente. A contribuição do *território* para a afirmação, saúde e sustentabilidade de diferentes modos de vida perpassa os textos que compõem este número, todos relacionados ao tema do dossier “território e identidade”.

A temática está subdividida em duas partes. Na primeira, apresentaremos nove artigos com diferentes focos: quatro, abordando comunidades indígenas; um, analisando comunidades quilombolas; três, sobre realidades urbanas e de gênero e um, sobre arqueologia.

O primeiro é da antropóloga Sonia Missagia, da Universidade Federal do Espírito Santo. Ela analisa a história de luta contra a espoliação territorial de diferentes povos indígenas que povoaram as terras do atual município de Anchieta, no estado do Espírito Santo. A autora tece um balanço das lutas de uma comunidade - que se autoidentifica como descendente de indígenas - frente ao implante de grandes projetos de desenvolvimento, na região, que impactam diretamente seu modo de vida tradicional.

No segundo artigo, a etnóloga Joana Fernandes, da
1 Universidade Federal de Goiás, reflete sobre o conceito de ter-

ra e território a partir da legislação brasileira e a partir da ótica dos povos indígenas. A pesquisadora busca mostrar tanto a violência física que se trava contra esses povos quanto uma política estatal orquestrada para a diminuição do reconhecimento de terras tradicionais reconquistadas.

Izabel Missagia, antropóloga da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, contribui com uma reflexão acerca dos processos de reelaboração identitária do povo Botocudo - que habitava a Província de Minas Gerais no século XIX. A partir de uma abordagem etnohistórica, ela procura enfatizar as mobilizações, negociações e estratégias do respectivo povo em seu processo de visibilidade na sociedade nacional, em diferentes momentos históricos.

O quarto artigo discute língua e oralidade de povos indígenas da Amazônia. Ribamar Bessa, historiador e linguista, analisa as línguas indígenas como índices marcadores de territórios, portadoras de etnoconhecimentos, lugar de memória e patrimônio imaterial. Enfatiza ainda as políticas que atribuíram às centenas de línguas amazônicas um papel secundário na sociedade brasileira.

Nesta linha se situa também o artigo das historiadoras Hebe Mattos e Martha Abreu, ambas da Universidade Federal Fluminense, que demonstram os impactos do reconhecimento do patrimônio imaterial – previsível por lei a partir do Decreto de 04 de agosto de 2000 - sobre a redefinição de coletividades autodenominadas quilombolas e seus territórios. Analisando o processo de identificação da remanescente de quilombos em três comunidades negras do estado do Rio de Janeiro, as autoras ressaltam como a memória da escravidão e a valorização do Jongo – enquanto patrimônio cultural herdado – passam a ser reconstruídos pelos descendentes de escravos, contribuindo para o reconhecimento de seus territórios.

Mediante a discussão sobre a necessidade de se inovar a assistência psiquiátrica no Brasil, os autores desse artigo - Patrícia Reinheimer, Erotildes Leal, Elizabeth Lima e Martinho Silva -, vão dialogar com a noção de território, utilizada para

se formularem novas formas de cuidados para com os usuários dos serviços de saúde mental. Levam-se em consideração o campo de abrangência do serviço, o lugar de habitação em que se desenvolvem as relações sociais dos usuários e, sobretudo, o lugar em que se constroem redes de sociabilidade.

O artigo seguinte, de autoria de Cibele Mariano de Macêdo e Regina Glória Andrade, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, trata da questão da formação de territórios de sociabilidades na cidade do Rio, notadamente, na Cinelândia, que se transformou com a modernidade, mas se mantém como território de sociabilidades.

A partir da ótica da antropologia feminista, a antropóloga Carly Machado, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, aborda as controvérsias da participação feminina no Movimento Raeliano, dialogando com a questão da liberdade de escolha e da submissão.

Fechando a primeira parte temática deste volume, temos o artigo das arqueólogas Márcia Bezerra (UFPA) e Rosana Najjar (IPHAN/Rio de Janeiro) que vão discutir a questão do tráfico de objetos arqueológicos. As autoras apontam como uma das causas para esta prática a “inatividade” dos sítios arqueológicos que, não representando um “capital cultural” para a população local, esses sítios passam a ser vistos como objetos de exploração. As arqueólogas chamam a atenção para uma política de combate ao tráfico destes bens materiais, por meio da educação e do turismo como intervenções positivas para a preservação do patrimônio.

A segunda parte deste volume é dedicada à temática do ambiente e de seus recursos e conta com a contribuição do biólogo Ernesto Camelo de Castro, do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia da PUC-GO e Nilson Clementino Ferreira, da Universidade Federal de Goiás. Os autores analisam os efeitos do padrão de paisagem dos remanescentes de vegetação natural, nas áreas urbanas e rural da cidade de Goiânia, Goiás. Eles demonstram que o crescimento desta cidade afeta os processos ecossistêmicos necessários à manu-

tenção de sustentabilidade ambiental para sua população e sugerem a aplicabilidade, de fato, da legislação no sentido de viabilizar não só a conservação do ambiente, mas gerar qualidade de vida saudável à população.

O antropólogo José Maria Tavares de Andrade, pesquisador da Universidade de Strasbourg (França), no último artigo deste número, reflete sobre a utilização das plantas medicinais, suas propriedades e os diferentes significados que lhes são conferidos no mundo da medicina tradicional, caracterizado pelo pensamento simbólico. O autor faz um contraponto com a medicina formal, fundada no pensamento racionalista e cientificista, que, segundo ele, perdeu o diálogo com sua própria mãe: a medicina tradicional.

Esta edição conta ainda com uma resenha elaborada por Patrik Thames Franco, Mestre em Antropologia Social, pela UnB, sobre o livro *Os Terena de Buriti: formas organizacionais, territorialização e representação da identidade étnica* - escrito por Levi Marques Pereira. E também com resumos de dissertações do Mestrado Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural, da Universidade Católica de Goiás.

A comissão editorial dessa edição agradece os pareceres e a colaboração de Flávia Braga Vieira, Vânia Maria Losada Moreira, Carly Machado, Sônia Missagia Mattos, Marco Lazarin, Vera Bergerot, Julio Cezar Jobin, Sibeli A. Viana, Rosicler T. da Silva, Jean Bellini, Joana Mendes, Paulo Cezar A. Mendonça e James Skaf.

Marlene Castro Ossami de Moura¹
Izabel Missagia de Mattos²

- 1 Antropóloga e professora da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.
- 2 Antropóloga e professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.